Lições para o governo na “crise do PIX”

Jeferson Miola

21/01/2025

Ao revogar a Instrução Normativa [IN] 2219 que havia sido publicada em 17 de setembro do ano passado, o governo pretendeu virar a página e estancar a hemorragia política causada pela manipulação bolsonarista sobre o PIX.



Ilustração: Aroeira

No entanto, o desgaste sofrido ainda demandará um esforço desafiador para ser revertido. O episódio abalou a credibilidade do governo e exacerbou um sentimento de desconfiança e suspeita sobre intenções supostamente “ocultas” por trás de cada iniciativa do governo.

O lado promissor desta crise é que ocorre em meio à mudança na comunicação do Planalto, e por isso poderá servir de “estudo de caso” para o governo ajustar tanto suas estratégias comunicacionais como seu funcionamento e postura política de enfrentamento ao gangsterismo extremista.

Comparando a mentira a um vírus, Haddad minimizou as falhas do governo [entrevista CNN, 17/1]. “Você só consegue produzir a vacina depois de conhecer o vírus. Você não consegue produzir a vacina para um vírus que você não conhece”, ele disse, dando a entender que a crise seria de todo modo inevitável.

Essa comparação só seria inteiramente válida, entretanto, se não tivessem existido sinais e sintomas óbvios da ação do “vírus da mentira” nas plataformas da internet. Contudo, não foi assim que aconteceu – o processo de disseminação da mentira [a “transmissão viral”] não foi assintomático.

Pelo menos desde a última semana de dezembro de 2024 já começaram circular especulações nas redes bolsonaristas de que o governo pretendia taxar o PIX e cobrar impostos de usuários deste meio de pagamento.

Pesquisa da *Quaest Consultoria* [17/1] mostra que a “onda viral” iniciada ainda em dezembro ganhou a força de tsunami em 15 de janeiro depois de crescer de modo sustentável, dia após dia, sem que o governo se antecipasse e agisse para combater a manipulação e a mentira.

Já no primeiro dia de 2025 foram contabilizadas 103.190 menções à taxação do PIX nas plataformas monitoradas pela *Quaest* – Facebook, Instagram, Tik Tok, Youtube e X. Exatamente uma semana depois, em 8/1, tais menções saltaram para 1.355.240. E, dois dias depois, em 10/1, estavam em 5.326.185.

Sem enfrentar nenhuma resistência, pois não houve reação efetiva do governo, a mentira da extrema-direita sobre o PIX atingiu 22.139.015 menções em 15 de janeiro, quando do ápice do tsunami devastador. E neste dia explodiu o número de visualizações do vídeo concebido pela direção de marketing bolsonarista e contracenado por Nikolas Ferreira.

Não é razoável que as áreas de monitoramento da conjuntura e de inteligência pelo menos dos ministérios da Fazenda, da Comunicação e da Casa Civil não tenham identificado a tempo a evolução do fenômeno, o que permitiria ao governo organizar uma contraofensiva eficaz com a realização de campanha publicitária para o esclarecimento da população, a convocação de cadeia de rádio e TV para denunciar a mentira e seus autores, a requisição de investigação policial e a propositura de ações judiciais.

O governo também poderia ter articulado uma potente ofensiva da sua base social, partidária e parlamentar para esclarecer didaticamente o signifiado verdadeiro da IN, e para denunciar que Paulo Guedes e Bolsonaro planejavam, sim, taxar as movimentações financeiras via PIX.

A prevalência das tecnocracias sobre a política é outra dimensão do problema criado.

É no mínimo ingênuo não se dimensionar e não se preparar para o potencial impacto político de qualquer ato burocrático em relação ao PIX, meio de pagamento utilizado cotidianamente por mais de 170 milhões de pessoas.

É especialmente ingênuo desconsiderar esse aspecto nesse ambiente de ativismo aguerrido da extrema-direita, com uma hiper polarização ideológica e liberdade de difusão de mentiras e práticas criminosas nas plataformas digitais.

A Instrução Normativa foi publicada quase quatro meses antes de entrar em vigor, prazo mais que suficiente para organizar a operação articulada do governo do ponto de vista político e midiático. Mas aparentemente nada disso foi feito.

E então, no pânico do momento, o Ministério da Fazenda revogou a medida [15/1]. Com este recuo, o governo deu ares de verdade às mentiras bolsonaristas, e sofreu danos notáveis à própria imagem e à sua credibilidade.

O presidente Lula chegou a declarar –porém, já depois da revogação– que “não devemos ter medo de enfrentar as mentiras” [16/1]. E no dia 17 o governo enviou ao Congresso a Medida Provisória garantindo gratuidade do PIX e total isenção de taxas, quando os estragos estavam consolidados.

Analisar o ocorrido e revisar os erros cometidos é condição essencial para o governo reparar os danos sofridos e construir um marco de referência do seu funcionamento neste contexto de florescimento duma extrema-direita mentirosa e criminosa e fortalecida por bilionários fascistas e/ou sem compromissos com a democracia que são donos das *big techs*.

Jeferson Miola *é analista político.*
Originalmente publicado em seu blog.

Compartilhe nas redes: